

FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA - FuRI

Mantenedora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI

Reg. Pessoa Jurídica nº 235 - Fls. 51 - livro A-2 - Cartório de Santo Ângelo - RS

FURI - FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA

MANTENEDORA DA UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES - URI

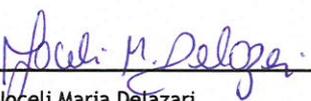
CNPJ - 96.216.841/0001-00

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO (em Reais)

	N.E.	2023	2022
ATIVO		250.044.650,63	225.582.933,05
ATIVO CIRCULANTE		113.457.117,11	96.661.550,03
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		13.675.558,73	10.524.988,70
Caixa	4a	68.547,14	49.143,22
Bancos (sem restrição)	4a	1.558.807,51	1.174.230,53
Bancos (com restrição)	4a, 18	27.299,81	24.266,11
Aplicações de Liquidez Imediata (sem restrição)	4a, 4b	9.828.802,54	8.140.593,42
Aplicações de Liquidez Imediata (com restrição)	4a, 4b, 18	2.192.101,73	1.136.755,42
RECEBÍVEIS DE CLIENTES E OUTROS RECEBÍVEIS		73.670.277,74	64.941.226,10
Mensalidades a Receber	4c	76.193.963,82	68.885.311,98
FIES a Receber		6.261.971,89	6.337.736,46
Adiantamentos a Receber		715.812,87	450.257,06
Outros Créditos a Receber	6	3.115.325,37	1.891.291,56
(-) Perdas Estimadas Crédito Liquidação Duvidosa -PECLD	4d	-12.616.796,21	-12.623.370,96
ESTOQUES	4e	3.479.910,33	2.884.061,73
Estoque para Consumo		2.288.778,59	2.069.012,17
Estoque para Revenda		1.116.205,68	650.894,52
Estoque em Poder de Terceiros		74.926,06	164.155,04
DESPESAS ANTECIPADAS		803.198,39	780.948,98
Despesas Antecipadas a Apropriar		803.198,39	780.948,98
RENÚNCIA DE RECEITAS ANTECIPADAS		21.828.171,92	17.530.324,52
Bolsas e Descontos Incondicionais a Apropriar		21.828.171,92	17.530.324,52
ATIVO NÃO CIRCULANTE		136.587.533,52	128.921.383,02
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	7	50.275.520,62	40.221.351,98
Mensalidades a Receber - LP	4c	40.613.270,70	30.852.023,11
Títulos de Capitalização		708.941,67	618.243,12
Depósitos Judiciais		346.304,31	505.420,64
FIES a Receber - LP		8.056.892,86	8.056.276,79
Outros Direitos e Valores		550.111,08	189.388,32
INVESTIMENTOS		906.626,17	636.579,42
Investimentos Diversos		906.626,17	636.579,42
IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO	4f, 8	3.772.578,40	3.886.977,57
Imobilizações em Andamento		3.772.578,40	3.886.977,57
IMOBILIZADO	4f, 8	81.257.361,95	83.371.691,77
Terrenos		8.676.614,23	8.676.614,23
Prédios		53.028.385,78	52.355.179,58
Acervo Bibliográfico		19.965.047,75	19.718.843,19
Móveis, Máquinas e Instalações		62.342.746,82	61.125.316,90
Equipamentos de Processamento de Dados		13.700.859,94	12.920.069,85
Veículos		1.199.214,57	1.101.724,57
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros		24.705.890,92	24.705.890,92
Outras Imobilizações		35.255,03	35.005,03
(-) Depreciações Acumuladas		-102.396.653,09	-97.266.952,50
INTANGÍVEL	4f	375.446,38	804.782,28
Programas de Informática		9.734.184,80	9.616.221,00
Marcas e Patentes		29.752,61	29.752,61
(-) Amortizações Acumuladas		-9.388.491,03	-8.841.191,33

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

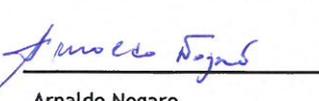
Santo Ângelo, 31 de dezembro de 2023.


Joceli Maria Delazari

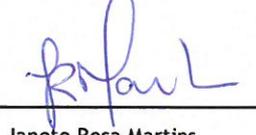
Contadora CRC/RS 085796
CPF 935.135.260-91


Ezequiel Plinio Albarello

Pró-Reitor de Administração
CPF 802.961.810-72


Arnaldo Nogaro

Reitor
CPF 466.023.480-00


Janete Rosa Martins

Presidente
CPF 415.738.970-00

FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA - FuRI

Mantenedora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI

Reg.Pessoa Jurídica nº235 ·Fls.51 ·livro A-2 -.Cartório de Santo Ângelo -RS

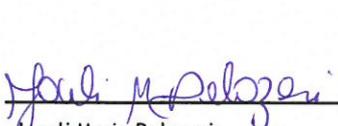
FURI - FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA
MANTENEDORA DA UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES - URI
CNPJ - 96.216.841/0001-00

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em Reais)

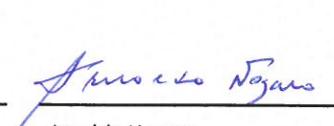
	N.E.	2023	2022
PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO		250.044.650,63	225.582.933,05
PASSIVO		206.405.027,44	176.594.473,72
PASSIVO CIRCULANTE	4g, 9	146.230.692,06	129.389.178,51
Salários a Pagar		6.865.019,11	7.663.623,31
Fornecedores a Pagar		3.155.837,67	2.936.142,85
Obrigações Bancárias de Curto Prazo	10	37.388.671,13	35.138.196,15
Provisões Trabalhistas	4j, 4k	10.440.371,04	9.596.700,42
Impostos, Taxas e Contribuições		5.739.149,93	5.088.283,82
Subvenções, Contratos e Convênios a Aplicar (com restrição)	18	2.381.405,85	1.360.851,01
Acordos Judiciais a Pagar	4l	99.206,12	35.431,05
Adiantamentos de Mensalidades	11	3.741.347,11	2.735.684,62
Consignações e Credores Diversos	12	6.209.531,61	5.410.932,49
Contratos Educacionais a Apropriar	13d	70.210.152,49	59.423.332,79
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	4g, 13	60.174.335,38	47.205.295,21
Obrigações Bancárias de Longo Prazo	10, 13a	50.893.443,24	38.003.781,70
Receitas Antecipadas	13e	8.269.648,54	8.590.692,53
Provisões para Contingências	4h, 13c	484.261,78	484.261,78
Outras Obrigações de Longo Prazo	13b	526.981,82	126.559,20
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	43.639.623,19	48.988.459,33
Patrimônio Social		48.988.459,33	53.270.267,49
Ajuste de Exercícios Anteriores		0,00	-798.922,50
Déficit do Período	4n, 23	-5.348.836,14	-3.482.885,66

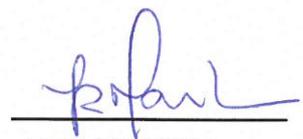
(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

Santo Ângelo, 31 de dezembro de 2023.


Joceli Maria Delazari
Contadora CRC/RS 085796
CPF 935.135.260-91


Ezequiel Plinio Albarello
Pró-Reitor de Administração
CPF 802.961.810-72


Arnaldo Nogaro
Reitor
CPF 466.023.480-00


Janete Rosa Martins
Presidente
CPF 415.738.970-00

FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA - FuRI

Mantenedora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI

Reg. Pessoa Jurídica nº 235 · Fls. 51 · Livro A-2 · Cartório de Santo Ângelo - RS

FURI - FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA

MANTENEDORA DA UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES - URI

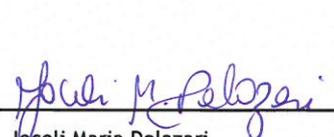
CNPJ - 96.216.841/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO (em Reais)

	N.E.	2023	2022
RECEITA BRUTA		282.334.452,62	249.416.466,99
RECEITAS SEM RESTRIÇÃO	4m	279.546.896,14	247.932.138,50
Receitas de Mensalidades sem Gratuidade	17	174.029.330,10	158.272.594,34
Receitas de Mensalidades com Gratuidade	17	58.466.579,40	47.748.415,73
Outras Receitas com Serviços	17	7.437.121,40	6.189.819,28
Outras Receitas com Vendas	17	2.444.053,34	2.226.710,30
Receitas com Doações, Contribuições e Voluntariado S/R	17	1.880.570,23	1.655.558,26
Receitas com Imunidades de Contribuições Sociais	34	35.289.241,67	31.839.040,59
RECEITAS COM RESTRIÇÃO	4m	2.787.556,48	1.484.328,49
Receitas com Subvenções, Contratos e Convênios C/R	18	2.787.556,48	1.484.328,49
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS SEM RESTRIÇÃO	4m	-58.591.492,61	-47.857.762,00
(-) Assistência Educacional	35	-33.251.293,91	-28.575.677,94
(-) Descontos Incondicionais		-11.238.724,58	-9.264.467,18
(-) Bolsas Complementares		-13.296.835,55	-9.306.354,60
(-) Outras Deduções		-804.638,57	-711.262,28
RECEITA LÍQUIDA		223.742.960,01	201.558.704,99
(-) CUSTOS SEM RESTRIÇÃO	4m	-110.550.888,23	-99.195.764,48
(-) Custos com Serviços Educacionais		-101.849.139,17	-91.403.612,75
(-) Outros Custos com Serviços		-7.114.024,27	-6.395.243,70
(-) Outros Custos com Vendas		-1.587.724,79	-1.396.908,03
(-) CUSTOS COM RESTRIÇÃO		-2.787.556,48	-1.484.328,49
(-) Custos com Subvenções, Contratos e Convênios C/R		-2.787.556,48	-1.484.328,49
SUPERÁVIT BRUTO		110.404.515,30	100.878.612,02
(-) DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS - SEM RESTRIÇÃO	4m	-97.122.436,65	-88.602.200,22
(-) Despesas com Pessoal		-34.990.425,21	-32.877.413,28
(-) Despesas Administrativas		-19.339.081,35	-18.543.562,87
(-) Despesas com Amortizações e Depreciações		-6.201.481,61	-6.845.797,42
(-) Despesas com Materiais, Manutenções e Conservações		-4.200.712,24	-3.498.143,10
(-) Perdas Estimadas Crédito Liquidação Duvidosa - PECLD	4d	-352.329,28	-1.013.187,81
(-) Despesas com Imunidade Contribuição Social	34	-35.289.241,67	-31.839.040,59
(-) Outras Despesas Operacionais		-99.963,41	-152.585,00
(+) Outras Receitas Operacionais	17	3.350.798,12	6.167.529,85
SUPERÁVIT DO PERÍODO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		13.282.078,65	12.276.411,80
RESULTADO FINANCEIRO		-18.630.914,79	-15.759.297,46
(-) Despesas Financeiras		-26.190.806,07	-21.740.107,93
(+) Receitas Financeiras	17	7.559.891,28	5.980.810,47
DÉFICIT DO PERÍODO	4n, 23	-5.348.836,14	-3.482.885,66

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

Santo Ângelo, 31 de dezembro de 2023.



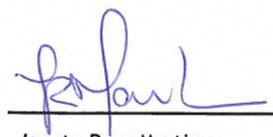
Joceli Maria Delazari
Contadora CRC/RS 085796
CPF 935.135.260-91



Ezequiel Plinio Albarello
Pró-Reitor de Administração
CPF 802.961.810-72



Arnaldo Nogaro
Reitor
CPF 466.023.480-00



Janete Rosa Martins
Presidente
CPF 415.738.970-00

FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA - FuRI

Mantenedora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI
Reg. Pessoa Jurídica nº 235 - Fls. 51 - Livro A-2 - Cartório de Santo Ângelo - RS

FURI - FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA MANTENEDORA DA UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES - URI

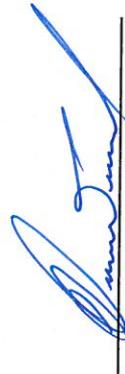
CNPJ - 96.216.841/0001-00

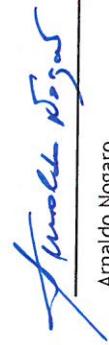
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (em Reais)

DESCRIÇÃO	PATRIMÔNIO SOCIAL	RESULTADO DO PERÍODO	AJUSTE DE EXERCÍCIO ANTERIOR	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Saldo Inicial em 2022	52.931.893,64	1.361.682,68 -	1.023.308,83	53.270.267,49
Déficit do Período	0,00	-3.482.885,66	0,00	-3.482.885,66
Superávit do Período Anterior	1.361.682,68	-1.361.682,68	0,00	0,00
Ajuste de Exercícios Anteriores	-1.023.308,83	0,00	224.386,33	-798.922,50
Saldo Final em 2022	53.270.267,49	-3.482.885,66 -	798.922,50	48.988.459,33
Saldo Inicial em 2023	53.270.267,49	-3.482.885,66	-798.922,50	48.988.459,33
Déficit do Período	0,00	-5.348.836,14	0,00	-5.348.836,14
Déficit do Período Anterior	-3.482.885,66	3.482.885,66	0,00	0,00
Ajuste de Exercícios Anteriores	-798.922,50	0,00	798.922,50	0,00
Saldo Final em 2023	48.988.459,33	-5.348.836,14	0,00	43.639.623,19

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)
Santo Ângelo, 31 de dezembro de 2023.


Joceli Maria Delazari
Contadora CRC/RS 085796
CPF 935.135.260-91


Ezequiel Plínio Albarello
Pró-Reitor de Administração
CPF 802.961.810-72


Arnaldo Nogaró
Reitor
CPF 466.023.480-00


Janete Rosa Martins
Presidente
CPF 415.738.970-00

FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA - FuRI

Mantenedora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI

Reg. Pessoa Jurídica nº 235 · Fls. 51 · Livro A-2 - Cartório de Santo Ângelo - RS

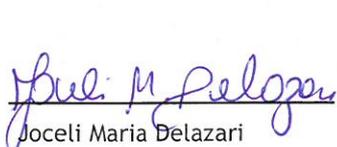
FURI - FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA
MANTENEDORA DA UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES - URI
CNPJ - 96.216.841/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - METODO INDIRETO (em Reais)

01) ATIVIDADES OPERACIONAIS	2023	2022
DÉFICIT DO PERÍODO	-5.348.836,14	-3.482.885,66
Ajustes por:		
Depreciação	5.110.300,39	5.221.055,75
Amortizações	1.091.181,22	1.624.741,67
Perdas Estimadas Crédito de Liq. Duvidosa - PECLD	352.329,28	1.013.187,81
Reversão Perdas Estimadas Crédito de Liq. Duvidosa - PECLD	-358.904,03	-2.357,27
Ajuste de Exercícios Anteriores	0,00	-798.922,50
Juros e Encargos Financeiros de Empréstimos	6.509.731,70	4.676.747,11
SUPERÁVIT LÍQUIDO AJUSTADO	7.355.802,42	8.251.566,91
DIMINUIÇÃO/AUMENTO NOS ATIVOS CIRCULANTES	-23.692.590,94	-12.201.270,57
Varição em Mensalidades a Receber	-7.308.651,84	-4.386.319,72
Varição em FIES a Receber	75.764,57	1.474.294,06
Varição em Adiantamentos a Receber	-265.555,81	-83.203,04
Varição em Créditos Tributários a Receber	0,00	0,00
Varição em Subvenções, Contratos e Convênios a Receber (com restrição)	-343,55	115.329,35
Varição em Outros Créditos a Receber	-1.223.690,26	-739.035,77
Varição em Estoques	-595.848,60	-64.735,05
Varição em Despesas de Exercícios Seguintes	-22.249,41	680.728,06
Varição em Renúncia de Receitas de Exercícios Seguintes	-4.297.847,40	-2.126.103,67
Varição no Realizável a Longo Prazo	-10.054.168,64	-7.072.224,79
DIMINUIÇÃO/AUMENTO NOS PASSIVOS CIRCULANTES	14.670.417,20	6.646.763,16
Varição em Salários a Pagar	-798.604,20	-861.112,96
Varição em Fornecedores a Pagar	219.694,82	621.703,10
Varição em Provisões Trabalhistas	843.670,62	954.406,38
Varição em Impostos, Taxas e Contribuições	650.866,11	489.781,81
Varição em Subvenções, Contratos e Convênios a Aplicar (com restrição)	1.020.554,84	432.688,95
Varição em Acordos Judiciais a Pagar	63.775,07	-64.722,98
Varição em Adiantamento de Mensalidades	1.005.662,49	119.563,19
Varição em Consignações e Credores Diversos	798.599,12	1.346.391,69
Varição em Outras Obrigações	0,00	0,00
Varição em Contratos Educacionais a Apropriar	10.786.819,70	4.031.513,75
Varição no Passivo não Circulante	79.378,63	-423.449,77
CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	-1.666.371,32	2.697.059,50
2) FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Compras Ativo Imobilizado	-3.492.687,61	-6.624.835,24
Aquisição de investimentos	-269.917,35	-185.099,73
Baixas do Imobilizado	67.234,69	119.461,59
Baixa de Investimentos	-129,40	0,00
Acréscimos do Intangível	-117.963,80	-140.632,42
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIV. DE INVESTIMENTO	-3.813.463,47	-6.831.105,80
3) FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos Obtidos	97.710.710,00	78.330.662,77
Amortização de Empréstimos	-89.080.305,18	-73.236.378,52
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIV. DE FINANCIAMENTO	8.630.404,82	5.094.284,25
(1+2+3) VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.150.570,03	960.237,95
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do Período	10.524.988,70	9.564.750,75
VARIAÇÃO OCORRIDA NO PERÍODO	3.150.570,03	960.237,95
Caixa e Equivalentes de Caixa no fim do Período	13.675.558,73	10.524.988,70

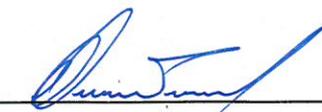
(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

Santo Ângelo, 31 de dezembro de 2023.


Joceli Maria Delazari

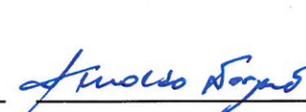
Contador CRC/RS 085796/0

CPF 935.135.260-91


Ezequiel Plinio Albarello

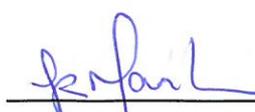
Pró-Reitor de Administração

CPF 802.961.810-72


Arnaldo Nogaro

Reitor

CPF 466.023.480-00


Janete Rosa Martins

Presidente

CPF 415.738.970-00

FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA - FuRI

Mantenedora da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões-URI

Reg. Pessoa Jurídica nº 235 - Fls. 51 - livro A-2 - . Cartório de Santo Ângelo - RS

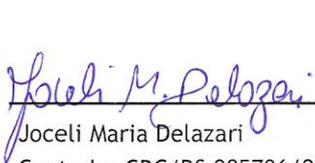
FURI - FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA
MANTENEDORA DA UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS MISSÕES - URI
CNPJ - 96.216.841/0001-00

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (em Reais)

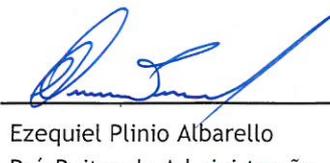
DESCRIÇÃO	2023		2022	
1 - RECEITA	250.043.679,79		222.731.768,44	
Receitas de Ensino, Pesquisa, Extensão e Serviços	239.933.030,90		212.210.829,35	
Outras Receitas	10.462.978,17		11.534.126,90	
(-) Perdas Estimadas Crédito Liq. Duvidosa - PECLD	-352.329,28		-1.013.187,81	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	40.371.136,74		35.323.182,65	
Custos de Serviços, Mercadorias e Produtos Vendidos	24.336.019,17		20.561.314,06	
Despesas Manutenção e Conservação	2.476.754,20		2.301.752,30	
Serviços de Terceiros	13.558.363,37		12.460.116,29	
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	209.672.543,05		187.408.585,79	
4 - DEPRECIACÃO, AMORTIZACÃO E EXAUSTÃO	6.201.481,61		6.845.797,42	
Depreciação/Amortização do Período	6.201.481,61		6.845.797,42	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	203.471.061,44		180.562.788,37	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	7.559.891,28		5.980.810,47	
Receitas Financeiras	7.559.891,28		5.980.810,47	
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	211.030.952,72		186.543.598,84	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	211.030.952,72	100,00%	186.543.598,84	100,00%
PESSOAL	131.377.957,20	62,26%	119.887.915,80	64,27%
Remuneração	112.741.758,76	53,42%	102.932.340,08	55,18%
Encargos	9.543.975,52	4,52%	8.393.055,27	4,50%
Outros Benefícios	9.092.222,92	4,31%	8.562.520,45	4,59%
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS DE TERCEIROS	26.989.386,28	12,79%	22.709.947,70	12,17%
Aluguéis	798.580,21	0,38%	969.839,77	0,52%
Juros, Encargos Financeiros, Variações Monetárias e Outros	26.190.806,07	12,41%	21.740.107,93	11,65%
BENEFÍCIOS À SOCIEDADE	58.012.445,38	27,49%	47.428.621,00	25,42%
Bolsas de Estudo e Programas Sociais	33.251.293,91	15,76%	28.575.677,94	15,32%
Outros Benefícios Sociais	24.761.151,47	11,73%	18.852.943,06	10,11%
REMUNERAÇÃO DE CAPITALS PRÓPRIOS	-5.348.836,14	-2,53%	-3.482.885,66	-1,87%
Resultado do Período	-5.348.836,14	-2,53%	-3.482.885,66	-1,87%

(As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis)

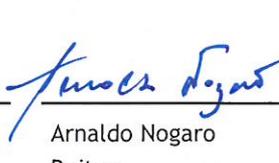
Santo Ângelo, 31 de dezembro de 2023.


Joceli Maria Delazari

Contador CRC/RS 085796/0
CPF 935.135.260-91


Ezequiel Plinio Albarello

Pró-Reitor de Administração
CPF 802.961.810-72


Arnaldo Nogaro

Reitor
CPF 466.023.480-00


Janete Rosa Martins

Presidente
CPF 415.738.970-00

FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA - FURI
MANTENEDORA DA UNIVERSIDADE REGIONAL INTEGRADA DO ALTO URUGUAI E DAS
MISSÕES - URI

CNPJ - 96.216.841/0001-00

SANTO ÂNGELO - RS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2023 e 2022

(Valores Expressos em R\$)

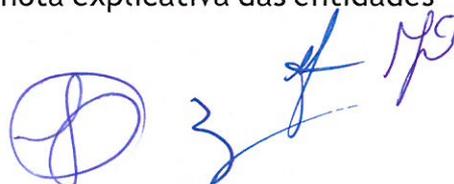
NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A FUNDAÇÃO REGIONAL INTEGRADA (FURI) é uma fundação sem fins lucrativos e econômicos, de caráter beneficente de assistência social, com atividade preponderante na área de educação, conforme o artigo 1º do Estatuto Social, Registrada no Conselho Nacional de Assistência Social sob nº 266.176/73, com duração indeterminada, e, portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social - CEBAS, junto ao Ministério da Educação - MEC, válido até 31/12/2021, com requerimento de renovação deferido através da Portaria nº 1.124 de 23/12/2022, publicada na Sessão 1 do DOU de 26/12/2022, exarada nos autos do processo nº 23000.040463/2018-47, que renovou o CEBAS para o período de 01/01/2019 a 31/12/2021. Encontra-se, ainda, em análise, junto ao MEC, o requerimento de renovação do CEBAS, para o período 01/01/2022 a 31/12/2024, através do processo nº 23000.032539/2021-66, protocolado, de forma tempestiva, em 07/12/2021.

Tem como finalidade estatutária, conforme artigo 2º do Estatuto Social, manter a Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, instituição de ensino superior, com autonomia didático-científica, visando desenvolver o ensino, a pesquisa e a extensão em todos os níveis e campos do saber, e outras instituições que ofereçam outros níveis ou modalidades de educação e ensino, nos termos das respectivas legislações fazendo a divulgação científica, técnica e cultural, com fins exclusivamente educativos, podendo realizar todos os serviços e atividade-meio para a consecução dos seus objetivos.

NOTA 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS

Na elaboração das demonstrações contábeis e notas explicativas de 2023, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007 e a Lei Nº 11.941/09 que alteraram artigos da Lei Nº 6.404/76 em aspectos relativos às suas elaborações e divulgações. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil, Resolução Nº 1.374/11 (NBC TG) que trata da Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, Resolução Nº 1.376/11 (NBC TG 26), que trata da Apresentação das Demonstrações Contábeis, Deliberações da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e outras Normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a ITG 2002 - R1 que revogou a Resolução CFC Nº 877/2000 - NBCT - 10.19, para as Entidades sem Finalidade de Lucros, que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem finalidade de lucros.



As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 estão apresentadas de acordo com as práticas brasileiras, destacando-se o Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Período, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração do Valor Adicionado, comparativos aos valores do exercício de 2022, bem como, Notas Explicativas.

NOTA 3. FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL - RESOLUÇÃO DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE Nº 1.330/11 ITG 2000 (R1)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

O registro contábil contém o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transmitidas e arquivadas eletronicamente através do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), por meio da Escrituração Contábil Digital (ECD).

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade mantém em boa ordem a documentação contábil.

NOTA 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Destacamos como principais práticas contábeis adotadas:

a) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA:

Conforme determina a Resolução CFC Nº 1.296/10 (NBC TG 03- (R3))- Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Resolução do CFC Nº 1.376/11 (NBC TG 26) - Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

Os saldos de caixa e/ou equivalente de caixa são compostos pelos seguintes valores em R\$:

DESCRIÇÕES CONTAS	2023	2022	VARIAÇÃO
Caixa	68.547,14	49.143,22	19.403,92
Bancos sem restrição	1.558.807,51	1.174.230,53	384.576,98
Bancos com restrição	27.299,81	24.266,11	3.033,70
Aplicações financeiras sem restrição	9.828.802,54	8.140.593,42	1.688.209,12
Aplicações financeiras com restrição	2.192.101,73	1.136.755,42	1.055.346,31
TOTAL	13.675.558,73	10.524.988,70	3.150.570,03

b) APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA:

As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

c) MENSALIDADES A RECEBER:

Referem-se a direitos a receber de alunos pela contraprestação de serviços educacionais, os quais se encontram demonstrados pelos valores contratados, já excluídos os valores baixados como perdas, conforme o descrito no item "d" desta nota.

d) PERDAS ESTIMADAS CRÉDITO DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA - PECLD:

Em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) Nº 1.409/12, (ITG 2002 - R1) em seu item 14, revogou a Resolução CFC Nº 877/00, NBC T 10.19, item 10.10.2.2, a Fundação considerou como perdas estimadas crédito de liquidação duvidosa, 100% dos créditos com mensalidades, vencidos há mais de 360 dias e 100% dos créditos com cheques, vencidos a mais de 180 dias. A recuperação dos valores de créditos vencidos há mais de 360 dias considerou-se como dedução da referida provisão. No exercício de 2023, o saldo das perdas estimadas crédito de liquidação duvidosa resultou em R\$ 12.616.796,21 e, em 2022, R\$ 12.623.370,96

e) ESTOQUES:

Conforme a Resolução Conselho Federal de Contabilidade nº 1.170/09 (NBC TG 16), os estoques foram avaliados pelo custo médio de formação e/ ou aquisição, que não superam os preços de mercado e referem-se a materiais de consumo, conservação, manutenção, laboratório, produtos agrícolas, livros e materiais escolares para revenda, até a data do balanço. O valor total escriturado em estoques no exercício de 2023 é de R\$ 3.479.910,33 e de R\$ 2.884.061,73 em 2022.

f) IMOBILIZADO E INTANGÍVEL:

Os bens integrantes do ativo imobilizado e intangível estão demonstrados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 2023, deduzidos das depreciações e amortizações calculadas pelo método linear, pelas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil e utilização dos bens, fixadas por espécie de bens, conforme Resolução CFC nº 1.177/09 NBC TG 27 - R4.

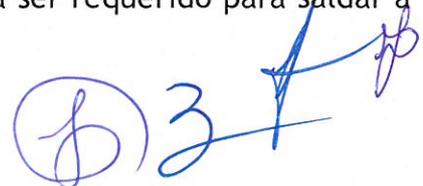
Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

g) PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE:

Os passivos circulantes e não circulantes estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Os passivos circulantes e não circulantes estão registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

h) CONSTITUIÇÃO DE PROVISÕES:

As provisões foram reconhecidas em decorrência de eventos passados que originaram um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a



obrigação. As provisões foram registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

i) PRAZOS:

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte foram classificados como circulantes.

j) PROVISÃO PARA FÉRIAS E ENCARGOS:

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

k) PROVISÃO DE 13º SALÁRIO E ENCARGOS:

Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

l) ACORDOS JUDICIAIS A PAGAR:

Refere-se a valores dos acordos trabalhistas a pagar, oriundos de demandas judiciais junto a Justiça do Trabalho.

m) RECEITAS E DESPESAS:

As receitas e despesas foram apropriadas obedecendo o Princípio da Competência.

n) APURAÇÃO DO RESULTADO:

O resultado foi apurado segundo o Princípio da Competência. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo acordado em contrato e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

o) ESTIMATIVAS CONTÁBEIS:

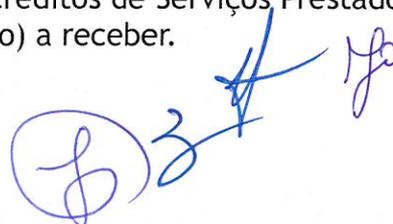
A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do Ativo Imobilizado, Perdas Estimadas Crédito de Liquidação Duvidosa, Provisão para Contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Entidade revisa as estimativas e as premissas anualmente.

NOTA 5. MUDANÇAS ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

Não houve mudanças de estimativas contábeis no exercício de 2023, na Instituição. Conforme determinação da Resolução CFC Nº 1.177/09 NBC TG 27 - R4, a Entidade alterou suas taxas de depreciação de acordo com a vida útil e utilização dos bens no exercício de 2010.

NOTA 6. OUTROS RECEBÍVEIS DE CLIENTES E GOVERNO

Estas rubricas registram os valores a receber advindos de créditos de Serviços Prestados a Terceiros e Subvenções, Contratos e Convênios (com restrição) a receber.



COMPOSIÇÃO	Valor (R\$)
Créditos de Serviços prestados a terceiros	3.115.325,37
Subvenções, Contratos e Convênios (com restrição)	0,00
Total	3.115.325,37

NOTA 7. ATIVO NÃO CIRCULANTE (REALIZÁVEL A LONGO PRAZO)

Este grupo é composto por valores a receber e a resgatar, cujos vencimentos ultrapassam o exercício subsequente.

NOTA 8. ATIVO NÃO CIRCULANTE (IMOBILIZADO E IMOBILIZAÇÕES EM ANDAMENTO)

Os ativos Imobilizados e Intangíveis foram contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação do período, originando o valor líquido contábil.

O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado e intangível são periodicamente avaliados para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios das taxas de depreciação na finalidade de atender a Lei nº 11.638/07, Deliberação CVM nº. 73/2022, Deliberação CVM nº 93/2022, Resolução do CFC nº 1.177/2009 NBC TG 27 - R4 e Resolução do CFC nº. 1.330/10 (ITG 2000).

Tabela Demonstrativa do Imobilizado em 31/12/2023

Descrição	31/12/2022 (R\$)	DEPRECIÇÃO (R\$)	AQUISIÇÃO (R\$)	BAIXAS/TRANSF (R\$)	31/12/2023 (R\$)
Terrenos	8.676.614,23	0,00	0,00	0,00	8.676.614,23
Prédios	52.355.179,58	0,00	4.350,00	668.856,20	53.028.385,78
(-) Deprec. Prédios	-16.197.327,31	-808.876,69	0,00	0,00	-17.006.204,00
Biblioteca	19.718.843,19	0,00	246.204,56	0,00	19.965.047,75
(-) Deprec. Biblioteca	-17.233.259,26	-647.512,68	0,00	0,00	-17.880.771,94
Móveis Utens.Máquinas e Instalações	61.125.316,90	0,00	1.692.077,79	-474.647,87	62.342.746,82
(-) Deprec. Móveis Utens. Máquinas e Instalações	-45.661.112,72	-3.049.645,49		424.344,81	-48.286.413,40
Equipamentos de Processamento de Dados	12.920.069,85	0,00	861.358,23	-80.568,14	13.700.859,94
(-) Deprec. De Equipamentos de Processamento de Dados	-11.481.326,08	-567.200,25		79.713,16	-11.968.813,17
Veículos	1.101.724,57	0,00	133.990,00	-36.500,00	1.199.214,57
(-) Deprec. Veículos	-983.067,39	-35.280,54		20.423,35	-997.924,58
Prédios, Benf. e Instalações em Imóveis de Terceiros	24.705.890,92	0,00	0,00	0,00	24.705.890,92
(-) Amort.Prédios, Benf. E Instalações Em Imóveis de Terc.	-5.697.446,61	-544.702,68	0,00	0,00	-6.242.149,29
Outras Imobilizações	35.005,03	0,00	250,00	0,00	35.255,03
(-) Depreciações Outras Imobilizações	-13.413,13	-963,58	0,00	0,00	-14.376,71
Imobilizado em Andamento	3.886.977,57	0,00	554.457,03	-668.856,20	3.772.578,40
IMOBILIZADO LIQUIDO	87.258.669,34	-5.654.181,91	3.492.687,61	-67.234,69	85.029.940,35

Tabela Demonstrativa do Imobilizado em 31/12/2022

Descrição	31/12/2021 (R\$)	DEPRECIACÃO (R\$)	AQUISIÇÃO (R\$)	BAIXAS/TRANSF (R\$)	31/12/2022 (R\$)
Terrenos	8.746.850,23	0,00	0,00	-70.236,00	8.676.614,23
Prédios	51.856.030,54	0,00	437.616,54	61.532,50	52.355.179,58
(-) Deprec. Prédios	-15.402.079,81	-797.939,00	0,00	2.691,50	-16.197.327,31
Biblioteca	19.267.373,73	0,00	451.469,47	-0,01	19.718.843,19
(-) Deprec. Biblioteca	-16.517.707,69	-715.551,57	0,00	0,00	-17.233.259,26
Móveis Utens.Máquinas e Instalações	59.918.040,43	0,00	1.344.141,65	-136.865,18	61.125.316,90
(-) Deprec. Móveis Utens. Máquinas e Instalações	-42.703.779,92	-3.019.939,99	0,00	62.607,19	-45.661.112,72
Equipamentos de Processamento de Dados	12.181.884,94	0,00	817.868,48	-79.683,57	12.920.069,85
(-) Deprec. De Equipamentos de Processamento de Dados	-10.973.771,74	-583.969,08	0,00	76.414,74	-11.481.326,08
Veículos	1.101.724,57	0,00	0,00	0,00	1.101.724,57
(-) Deprec. Veículos	-932.651,11	-50.416,28	0,00	0,00	-983.067,39
Prédios, Benf. e Instalações em Imóveis de Terceiros	21.406.493,47	0,00	134.767,69	3.164.629,76	24.705.890,92
(-) Amort.Prédios, Benf. E Instalações Em Imóveis de Terc.	-5.166.266,57	-531.180,04	0,00	0,00	-5.697.446,61
Outras Imobilizações	35.005,03	0,00	0,00	0,00	35.005,03
(-) Depreciações Outras Imobilizações	-12.444,01	-969,12	0,00	0,00	-13.413,13
Imobilizado em Andamento	3.700.008,23	0,00	3.876.587,96	-3.689.618,62	3.886.977,57
IMOBILIZADO LÍQUIDO	86.504.710,32	-5.699.965,08	7.062.451,79	-608.527,69	87.258.669,34

NOTA 9. PASSIVO CIRCULANTE

Este grupo está composto pelo seu valor nominal e representa o saldo de obrigações trabalhistas e sociais, mensalidades antecipadas, fornecedores, instituições financeiras, outras operações de crédito, contratos a apropriar, outras obrigações. Essas obrigações têm seu prazo de vencimento até o término do exercício seguinte.

NOTA 10. OBRIGAÇÕES BANCÁRIAS

Financiamentos contraídos em moeda nacional, destinada à aquisição de ativo fixo ou capital de giro, segundo os bancos, valores e taxas abaixo:

TABELA DE ENDIVIDAMENTO 2023

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ENCARGOS	CIRCULANTE (R\$)	NÃO CIRCULANTE R\$	TOTAL R\$
Banco do Brasil S/A	1,96% a.m.	536.153,88	-	536.153,88
Banco do Brasil S/A	2,56% a.m.	571.707,66	-	571.707,66
Banco do Brasil S/A	1,12% a.m.	166.666,64	-	166.666,64
Banco do Brasil S/A	2,54% a.m.	138.000,00	-	138.000,00
Banco do Brasil S/A	1,95% a.m.	437.500,00	-	437.500,00
Banco do Brasil S/A	1,78% a.m.	1.000.000,00	-	1.000.000,00
Banco do Brasil S/A	2,33% a.m.	333.333,32	-	333.333,32
Banco do Brasil S/A	2,48% a.m.	166.666,66	-	166.666,66
Banco do Brasil S/A	-	1.830,00	-	1.830,00

Banco do Brasil S/A	1,52% a.m.	150.000,00	-	150.000,00
Banco do Brasil S/A	1,46% a.m.	357.142,88	-	357.142,88
Banco do Brasil S/A	1,68% a.m.	457.142,88	114.285,74	571.428,62
Banco do Brasil S/A	1,59% a.m.	510.000,00	-	510.000,00
Banco do Brasil S/A	1,39% a.m.	562.500,00	890.625,00	1.453.125,00
Bancos Cheques especial		48.043,52	-	48.043,52
Banrisul S/A	0,60% a.m.+ CDI	201.227,07	71.799,53	273.026,60
Banrisul S/A		35.711,93	-	35.711,93
Banrisul S/A	0,40% a.m.+ CDI	605.308,24	1.765.482,35	2.370.790,59
Banrisul S/A	0,50% a.m.+ CDI	490.000,00	-	490.000,00
Banrisul S/A	0,40% a.m. + CDI	339.115,10	1.696.075,70	2.035.190,80
Banrisul S/A	0,42% a.m.+ CDI	524.463,60	2.622.317,97	3.146.781,57
Bradesco S/A	1,75% a.m.	1.277.710,92	2.235.993,99	3.513.704,91
BRDE	5% a.a.+ SELIC	342.158,69	2.708.756,32	3.050.915,01
Caixa Econômica Federal	0,35% a.m. +CDI	857.142,84	5.142.857,16	6.000.000,00
Caixa Econômica Federal	0,33% a.m.+ CDI	687.499,35	-	687.499,35
Caixa Econômica Federal	0,33% a.m. +CDI	1.374.998,70	-	1.374.998,70
Cresol	0,90% a.m. +CDI	200.000,00	290.242,24	490.242,24
Cresol	0,85% a.m. +CDI	166.666,65	188.975,38	355.642,03
Daycoval	1,12% a.m.	733.734,79	-	733.734,79
Daycoval	1,94% a.m.	400.888,80	300.666,60	701.555,40
Finep	5,00% a.a.	742.779,00	5.013.758,17	5.756.537,17
Itaú/Unibancos	0,43% a.m. + CDI	1.579.071,36	789.535,60	2.368.606,96
Safra	0,34% a.m. + CDI	256.666,62	843.333,38	1.100.000,00
Safra	0,71% a.m. + CDI	488.095,36	-	488.095,36
Safra	0,55% a.m. + CDI	459.999,96	651.666,71	1.111.666,67
Safra	0,55% a.m. + CDI	699.999,96	175.000,05	875.000,01
Santander S/A	0,95% a.m. + CDI	106.230,62	-	106.230,62
Santander S/A	2,89% a.m.	400.000,00	-	400.000,00
Santander S/A	1,89% a.m.	1.510,57	-	1.510,57
Santander S/A	0,45% a.m. + CDI	442.163,37	766.711,99	1.208.875,36
Santander S/A	1,27% a.m.	521.148,84	2.562.315,04	3.083.463,88
Sicoob	1,29% a.m.	921.438,90	-	921.438,90
Sicoob	1,10% a.m.	25.160,64	64.998,28	90.158,92
Sicoob	1,00% a.m.	3.201.527,69	-	3.201.527,69
Sicredi	-	94.876,17	-	94.876,17
Sicredi	0,5% a.m. +CDI	1.639.149,49	-	1.639.149,49
Sicredi	0,50% a.m. +CDI	4.228,86	-	4.228,86
Sicredi	0,65% a.m. +CDI	2.417,69	-	2.417,69
Sicredi	0,65% a.m. +CDI	1.021.291,56	851.076,19	1.872.367,75
Sicredi	0,65% a.m. +CDI	5.161,36	-	5.161,36
Sicredi	0,35% a.m. +CDI	1.111.221,72	3.796.674,02	4.907.895,74
Sicredi	1,20% a.m.	3.970.008,35	-	3.970.008,35
Sicredi	0,50% a.m. + CDI	-	3.763.487,07	3.763.487,07
Sicredi	0,95% a.m. + CDI	166.666,67	149.327,62	315.994,29



Handwritten signature in blue ink.

Sicredi	0,56% a.m. + CDI	100.000,00	313.404,63	413.404,63
Sicredi	1,59% a.m.	1.215.481,40	-	1.215.481,40
Sicredi	0,69% a.m.	591.341,46	2.456.667,37	3.048.008,83
Sicredi	0,46 % a.m. + CDI	305.453,35	-	305.453,35
Sicredi	2,02% a.m.	73.216,87	-	73.216,87
Sicredi	0,90% a.m.+ CDI	251.047,52	271.663,35	522.710,87
Sicredi	0,82% a.m.+ CDI	1.722.235,09	-	1.722.235,09
Sicredi	1,44% a.m.+ CDI	61.384,11	232.828,68	294.212,79
Unicred	0,49% a.m. + CDI	385.880,01	2.765.473,37	3.151.353,38
Unicred	1,81% a.m. + CDI	22.348,39	59.595,71	81.944,10
Unicred Missões	0,25% a.m. + CDI	264.188,38	472.014,55	736.202,93
Unicred Missões	0,20% a.m. + CDI	191.516,15	2.800.000,00	2.991.516,15
Unicred Missões	0,30% a.m. + CDI	583.333,34	2.800.000,00	3.383.333,34
Uniprime	0,45% a.m. + CDI	1.418,87	-	1.418,87
Uniprime	0,45% a.m. + CDI	2.767,48	-	2.767,48
Uniprime	0,56% a.m. + CDI	5.429,87	-	5.429,87
Uniprime	0,40% a.m. + CDI	77.499,96	1.265.833,48	1.343.333,44
TOTAL GERAL 2023		37.388.671,13	50.893.443,24	88.282.114,37
TOTAL GERAL 2022		35.138.196,15	38.003.781,70	73.141.977,85

NOTA 11. ADIANTAMENTO DE MENSALIDADES

A conta Adiantamento de Mensalidades é constituída por valores recebidos a maior, devido a concessão retroativa de bolsas e/ou financiamentos aos alunos. Tais valores referem-se ao ano de 2023 e serão compensados ou devolvidos no exercício seguinte.

NOTA 12. CONSIGNAÇÕES E CREDORES DIVERSOS

Valores descontados da folha de pagamento de funcionários, relativos a convênios, empréstimos consignados e outros, com obrigação de repasse aos respectivos credores. Também fazem parte deste grupo outras obrigações com credores eventuais.

NOTA 13. PASSIVO NÃO-CIRCULANTE

Este grupo está composto por obrigações, cujos vencimentos ultrapassam o exercício subsequente e estão assim discriminadas:

a) OBRIGAÇÕES BANCÁRIAS:

As obrigações com instituições financeiras de longo prazo (não circulante) perfazem o total de R\$ 50.893.443,24 no encerramento das demonstrações contábeis.

b) OUTRAS OBRIGAÇÕES:

Refere-se a outras obrigações contraídas pela Entidade, com prazos superiores ao exercício seguinte.

c) PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS:

Em conformidade com o que determina a Resolução CFC nº 1.180/09, que aprovou a NBC TG 25 (R2), a Entidade possui os seguintes processos trabalhistas e cíveis prováveis, sendo que constitui provisão contábil para tais valores:

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

Nº PROCESSO TRABALHISTAS	VALOR (em R\$)
002.1008.44.2019.5.04	460.000,00
TOTAL	460.000,00

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS CÍVEIS

Nº PROCESSO CÍVEL	VALOR (em R\$)
034/1.13.0001496-9	24.261,78
TOTAL	24.261,78
TOTAL	484.261,78

Conforme posicionamento jurídico, a Instituição possui as seguintes ações trabalhistas e Cíveis com status possíveis de perda:

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

Nº PROCESSO TRABALHISTAS	VALOR (em R\$)
0020754.66.2022.5.04	360.000,00
0020634-11.2022.5.04.0551	64.724,77
0020221-94.2023.5.04.0831	1.182.024,04
0020038-14.2022.5.04.0523	12.000,00
0020475-58.2022.5.04.0522	50.000,00
0020475-55.2022.5.04.0523	181.618,84
0020656-86.2019.5.04.0741	76.256,92
TOTAL	1.926.624,57

PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS CÍVEIS

Nº PROCESSO CÍVEL	VALOR (em R\$)
049/1.12.0000287-7	ALÇADA
064/1.19.0000613-0	20.429,70
5000240-14.2020.8.21.0107	37.620,00
5024802-73.2023.8.21.0013	13.200,00
5002126-73.2019.8.21.0013	12.000,00
5002856-79.2022.8.21.0013	15.000,00
5013515-50.2022.8.20.0000	100,00
5001790-30.2023.8.21.0013	42.433,44
5000917-35.2022.8.21.0152	10.000,00
1005856-39.2023.4.01.3400	739.278,96
TOTAL	890.062,10
TOTAL	890.062,10
TOTAL AÇÕES TRABALHISTAS	1.926.624,57
TOTAL AÇÕES CÍVEIS	890.062,10
TOTAL GERAL	2.816.686,67

d) CONTRATOS EDUCACIONAIS A APROPRIAR:

Refere-se aos valores dos Contratos Educacionais firmados no ano de 2023, porém, com período de competência de 2024.

e) RECEITAS ANTECIPADAS:

Os valores representados decorrem de:

-Juros sobre negociações;

-Bens recebidos em doação de entidades governamentais, provenientes de convênios, que serão reconhecidos como receitas na medida do reconhecimento do valor de suas depreciações, segundo determina a Resolução nº 1.305/10 NBC TG 07 - R2.

NOTA 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social no valor de R\$ 48.988.459,33 acrescido do Déficit do período no valor de R\$ - 5.348.836,14, perfazendo um total de R\$ 43.639.623,19.

NOTA 15. VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVO

A Entidade contratou a empresa Ferrari Gestão de Ativos Ltda para uma revisão no valor contábil líquido dos ativos em relação ao seu valor justo com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável, conforme previsto na Lei nº 11.638/07, Deliberação da CVM nº 90/2022, Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.292/10 que aprova NBC TG 01 - R4.

A Empresa, para efetuar esse teste, avaliou se existe alguma necessidade de desvalorização dos ativos utilizados como indicações à análise das principais fontes externas e internas que possam interferir na recuperabilidade dos ativos operacionais da Entidade, e assim desenvolvendo uma análise da evolução dos principais indicadores de geração de receita, caixa, crescimento e retorno de investimentos dos últimos quatro exercícios sociais, ou seja, 2014, 2015, 2016 e 2017, mais o exercício de 2018 e projeções para os exercícios de 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024.

Com isso, segue a conclusão, da empresa Ferrari Gestão de Ativos Ltda.: “Avaliando as informações acima, chegamos à conclusão de que a geração estimada de caixa é momentaneamente suficiente para remunerar os ativos da entidade, tendo em vista os resultados positivos registrados nos relatórios financeiros. Neste sentido, podemos concluir que não foram encontradas evidências conclusivas da necessidade de constituição de *Impairment*, ou provisão de perdas por desvalorização de ativos operacionais”.

NOTA 16. AJUSTE A VALOR PRESENTE

Em cumprimento à Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.151/09 (NBC TG 12) e a Lei 11.638/07 a Entidade não efetuou o ajuste de valor presente das contas de Ativos e Passivos Circulantes (saldos de curto prazo), pois a sua Administração entendeu que tais fatos não representam efeitos relevantes.

Ainda em atendimento as legislações supracitadas a Entidade deve efetuar o Ajuste Valor Presente (AVP) em todos os elementos integrantes do ativo e passivo, quando



decorrentes de operações de longo prazo. O valor presente representa o valor de um direito ou obrigação, descontadas as taxas, possivelmente de mercado, implícitas em seu valor original, buscando-se registrar essas taxas como despesas ou receitas financeiras. Ao analisarmos os saldos contábeis dos itens que estão compondo os ativos e passivos não-circulantes da Entidade, a Administração entendeu que não foi necessário efetuar o Ajuste ao Valor Presente, pois essas rubricas, elementos dos ativos e passivos não circulantes não se enquadram nos critérios de aplicação e mensuração da Resolução CFC 1.151/09 que aprova a NBC TG 12, onde descreveremos a seguir as seguintes situações que devem ser atendidas para obrigatoriedade no cumprimento desta Norma.

NOTA 17. RECEITAS

Em atendimento a NBC TG 47, as receitas da Fundação oriundas das atividades fim de prestação de serviços educacionais, conforme art. 3º do Estatuto Social são mensuradas pelo valor da contraprestação recebida ou a receber, baseada na Planilha de Custo Educacional determinada pela Lei nº 9.870/99 e formalizada pelo contrato de prestação de serviços educacionais.

Outras receitas, fins e sustentáveis, conforme art. 2º do Estatuto Social também seguem o mesmo critério, ou seja, reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a entidade.

As atividades meio sustentáveis possuem previsão no art. 2º de seu Estatuto Social, e para que a Fundação faça jus a Imunidade e/ou Isenção Tributária sobre essas atividades, conforme estabelecido no artigo 14 do Código Tributário Nacional, no artigo 12 da Lei nº 9.532/97 e na Lei Complementar N° 187 de 16 de dezembro de 2021, a mesma cumpre os requisitos abaixo:

As atividades meio sustentáveis possuem previsão estatutária;

O Estatuto Social indica que os recursos obtidos por essas receitas são revertidos para atendimento de suas atividades fins.

NOTA 18. RECEITAS COM SUBVENÇÕES, CONTRATOS E CONVÊNIOS E C/R

As subvenções são recursos financeiros provenientes de convênios firmados com órgãos governamentais e têm como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Entidade presta contas de todo o fluxo financeiro e operacional aos órgãos competentes, ficando também toda documentação à disposição para qualquer fiscalização. Os convênios firmados estão de acordo com o estatuto social da Fundação e as despesas de acordo com suas finalidades.

ÓRGÃO	OBRAS PREDIOS E INSTALAÇÕES	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	MÓVEIS E UTENSÍLIOS	PESSOAL PRÓPRIO	SERVIÇOS DE TERCEIROS	OUTRAS (*)	TOTAL
FEDERAL	0,00	583.250,77	0,00	134.721,60	71.898,50	54.587,65	844.458,52
ESTADUAL	0,00	181.126,80	5.497,95	144.012,27	102.506,45	57.004,67	490.148,14
MUNICIPAL	0,00	16.329,28	2.700,00	936.027,97	80.632,00	417.260,57	1.452.949,82
TOTAL 2023	0,00	780.706,85	8.197,95	1.214.761,84	255.036,95	528.852,89	2.787.556,48
TOTAL 2022	0,00	15.778,26	0,00	1.051.733,67	84.169,60	118.347,56	1.484.328,49

Handwritten signature and initials in blue ink, including a circular stamp and the number '3'.

(*) A aplicação de recursos lançados na rubrica OUTRAS, refere-se a despesas com deslocamento, alimentação, hospedagem, material de expediente e divulgação, locação de salas, despesas bancárias e material esportivo, todas previstas nos respectivos projetos executados.

Conforme determina a Resolução CFC 1.305/10, NBC TG 07 - R2, nos itens 24 a 28, da apresentação da subvenção no balanço patrimonial, a Instituição demonstrou a subvenção governamental relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários ao valor justo e apresentado no balanço patrimonial em conta do passivo, como receita diferida, ou deduzindo o valor contábil do ativo relacionado.

ATIVO	VALORES (em R\$)
Bancos (com restrição)	27.299,81
Aplicação de liquidez imediata (com restrição)	2.192.101,73
Convênios e Subvenções	0,00
TOTAL	2.219.401,54

PASSIVO	VALORES (em R\$)
Recursos de Projetos a Aplicar (com restrição)	2.318.405,85
TOTAL	2.318.405,85

*Diferença de R\$ 162.004,31 referente saldo a realizar Termo de Fomento 001/2022 Município de Cerro Largo.

NOTA 19. APLICAÇÃO EM DESPESAS COM PESSOAL

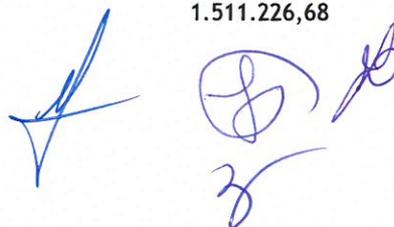
De acordo com o art.12 letra "c" da Instrução Normativa nº 113/98 da RFB as instituições imunes, mantenedoras de instituições de ensino superior, sem finalidade lucrativa, devem observar, ainda, os seguintes requisitos:

c) a destinação, para as despesas com pessoal docente e técnico-administrativo, incluídos os encargos e benefícios sociais, de pelo menos sessenta por cento da receita das mensalidades escolares proveniente da instituição mantida.

§ 1º Para efeito do limite mínimo de destinação da receita a que se refere o inciso III, alínea "c", a receita das mensalidades escolares deve ser considerada pelo valor efetivamente auferido, não computados os valores correspondentes às reduções e aos descontos ou bolsas de estudo concedidas.

A seguir, a tabela da demonstração das receitas efetivamente auferidas e a aplicação em despesas com pessoal no ano de 2023:

Contas contábeis	2023 (em R\$)	2022 (em R\$)
Receita Mensalidade Graduação Presencial	184.413.652,02	165.304.246,44
Receita Mensalidade Graduação Graduação EAD	4.046.636,64	3.776.223,00
Receita Mensalidade Pós-Graduação	9.091.635,09	8.006.373,81
Receita Mensalidade Educação Básica	34.898.024,75	28.778.538,32
Outras receitas de ensino	1.511.226,68	1.191.161,37



(-) Assistência Educacional (Bolsas Prouni e Próprias) Graduação Presencial	-26.834.662,45	-23.847.182,93
(-) Assistência Educacional (Bolsas Prouni e Próprias) Graduação EAD	-697.518,23	-677.497,64
(-) Assistência Educacional (Bolsas Próprias) Educação Básica	-5.719.113,23	-4.050.997,37
(-) Descontos Incondicionais	-11.238.724,58	-9.264.467,18
(-) Bolsas Complementares	-13.376.614,22	-9.416.976,87
(-) Devolução ou Cancelamento de Mensalidades	-588.470,89	-476.681,64
(-) Descontos Financeiros	-6.552.564,67	-5.592.440,25
Receitas Efetivamente Auferidas	168.953.506,91	153.730.299,06
Aplicação em despesas com pessoal	127.995.001,06	116.629.997,83
% efetivamente aplicado em despesas com pessoal	75,76%	75,86%

NOTA 20. CAPACITAÇÃO DO QUADRO FUNCIONAL

Em 2023/2022, a instituição investiu os seguintes valores em capacitação do seu quadro funcional

ANO	TOTAL (R\$)
2023	863.710,29
2022	1.049.760,32

NOTA 21. APLICAÇÕES EM PESQUISA

Em 2023/2022, a instituição investiu os seguintes valores em conformidade a Resolução 2215/CUN/2016, das receitas de Pós-graduação e Graduação.

PERÍODO	BASE DE CÁLCULO (R\$)	VALOR APLICADO (R\$)	%
TOTAL 2023	195.159.464,80	1.913.160,96	0,98%
TOTAL 2022	178.446.943,75	1.573.166,84	0,88%

NOTA 22. APLICAÇÃO EM EXTENSÃO

Em 2023/2022 a Instituição aplicou os seguintes valores das Receitas de Graduação, em conformidade com a Resolução 524/CUN/03.

PERÍODO	BASE DE CÁLCULO (R\$)	VALOR APLICADO (R\$)	%
TOTAL 2023	186.070.284,31	3.207.616,41	1,72%
TOTAL 2022	170.279.645,77	2.938.299,08	1,73%

NOTA 23. RESULTADO DO PERÍODO

O Déficit do período 2023 no valor de R\$ -5.348.836,14 (em 2022 déficit de R\$ -3.482.885,66) será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 - R1 em especial no seu item 15 que revogou a Resolução do Conselho

Federal de Contabilidade n.º 377/2000, que aprovou a NBC T 10.19, que descreve que o superávit ou déficit do período deva ser registrado na conta do Patrimônio Social.

NOTA 24. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução CFC Nº 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13 e com a Resolução do CFC Nº. 1.296/10 que aprovou a NBC TG 03 (R3) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Método na elaboração dos Fluxos de Caixa que a Fundação optou foi o Método Indireto.

NOTA 25. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA)

A demonstração do valor adicionado foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC nº. 1.138/08, que aprovou a NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado e de acordo com a Resolução nº. 1.152/2009 que aprovou a NBC TG 13. A Entidade adotou o regime de competência para elaboração do DVA.

NOTA 26. CONTRATAÇÃO DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a Entidade efetua contratação de seguros em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros, e assim atendendo principalmente ao Princípio Contábil da Continuidade.

BENS SEGURADOS	2023 (R\$)	2022 (R\$)
Veículos, Equipamentos, Prédios e Pessoal	194.707.677,94	183.127.839,42

Os valores segurados são definidos pelos Administradores da Fundação, em função do valor de mercado ou do valor do bem novo, conforme o caso.

NOTA 27. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A FURI é imune à incidência de impostos por força do art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º e artigo 195, parágrafo 7º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

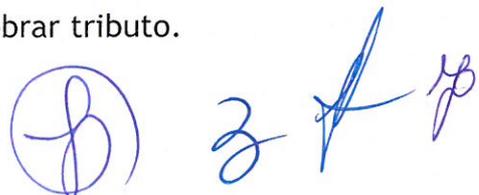
NOTA 28. FORMA JURÍDICA CONFORME A LEGISLAÇÃO VIGENTE

A FURI é uma fundação sem fins lucrativos e econômicos regida pelo seu Estatuto Social que contempla os artigos 62 a 69 do Código Civil.

NOTA 29. CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE

A FURI é uma instituição educacional sem fins lucrativos e econômicos, previsto no artigo 9º. do CTN, e por isso imune, no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida pela Constituição Federal;
- A imunidade não pode ser revogada, nem mesmo por emenda constitucional;
- Não há o fato gerador (nascimento da obrigação tributária);
- Não há o direito (Governo) de instituir, nem cobrar tributo.



NOTA 30. REQUISITOS PARA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

O artigo 14 do Código Tributário Nacional estabelece os requisitos para o gozo da imunidade tributária, e seu cumprimento pode ser comprovado pela sua escrituração contábil (Demonstrações Contábeis, Diário e Razão), no qual transcrevemos:

- a) Não distribuem qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título;
- b) Aplicam integralmente, no País, os seus recursos na manutenção dos seus objetivos institucionais;
- c) Mantêm a escrituração de suas receitas e despesas em arquivos revestidos de formalidades capazes de assegurar sua exatidão.

NOTA 31. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A FURI é Imune à incidência das Contribuições Sociais por força da Lei nº 9.532/97 e da Lei Complementar Nº 187 de 16 de dezembro de 2021.

NOTA 32. CARACTERÍSTICA DA IMUNIDADE

A FURI é uma instituição educacional sem fins lucrativos e econômicos, de direito privado, previsto no artigo 12 da Lei 9.532/97 e na Lei Complementar Nº 187 de 16 de dezembro de 2021, e por isso é reconhecida como Entidade Beneficente de Assistência Social (imune), no qual usufrui das seguintes características:

- A Instituição é regida por legislação infraconstitucional;
- A Imunidade pode ser revogada a qualquer tempo, se não cumprir as situações condicionadas em Lei;
- Existe o fato gerador (nascimento da obrigação tributária), mas a entidade é dispensada de pagar o tributo;
- Há o direito (Governo) de instituir e cobrar tributo, mas ele não é exercido.

NOTA 33. REQUISITOS PARA MANUTENÇÃO DA IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

A FURI é uma entidade beneficente de assistência social e para usufruir da Imunidade Tributária, determinada pela Lei Complementar Nº 187 de 16 de dezembro de 2021, cumpre os seguintes requisitos:

- Não percebe a seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores, remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos;
- Aplica suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- Não distribui resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- Atende o princípio da universalidade do atendimento;



- Tem previsão nos seus atos constitutivos, em caso de dissolução ou extinção, a destinação do eventual patrimônio remanescente a entidades beneficentes certificadas ou a entidades públicas;

Além desses requisitos, cumpre ainda:

- Possui certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- Mantém sua escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- Conserva em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizadas que impliquem modificação da situação patrimonial;
- Cumpre as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária;
- Elabora as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade.

NOTA 34. IMUNIDADE DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS USUFRUÍDAS

Conforme o artigo 3º da Lei Complementar Nº 187 de 16 de dezembro de 2021, a entidade beneficente certificada fará jus à imunidade do pagamento das contribuições de que tratam os artigos 22 e 23 da Lei nº 8.212/91.

Abaixo, demonstramos as contribuições sociais usufruídas e o montante do período que não é pago. O valor referente às contribuições previdenciárias, como se devidas fossem, estão discriminadas, conforme valores abaixo demonstrados:

CONTRIBUIÇÃO	TOTAL (R\$)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL PATRONAL	22.009.001,22
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL TERCEIROS	5.000.876,21
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL RAT/SAT	1.111.325,25
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL AUTÔNOMOS	364.117,63
COFINS	6.803.896,23
TOTAL 2023	35.289.216,54
TOTAL 2022	31.839.040,79

NOTA 35. CONCESSÃO DOS RECURSOS EM GRATUIDADES

Por atuar tanto no Ensino Superior quanto na Educação Básica, no que se refere às gratuidades, a Entidade atende ao que prevê a Lei nº 11.096/05, que dispõe sobre o PROUNI, e, a Lei Complementar Nº 187 de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social.

Portanto, foram distribuídas, durante o ano de 2023, bolsas de estudo CEBAS, em conformidade com as normativas legais, tendo encerrado o ano letivo com as quantidades de bolsas de estudo demonstradas a seguir:

BOLSAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR			
% DAS BOLSAS	BOLSAS PROUNI	BOLSAS PRÓPRIAS	TOTAL GERAL
100%	1.058	68	1.126
50%	268	97	365
TOTAIS	1.326	165	1.491

BOLSAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA			
% DAS BOLSAS	BOLSAS PROUNI	BOLSAS PRÓPRIAS	TOTAL GERAL
100%	0	362	362
50%	0	310	310
TOTAIS	0	672	672

TOTAL GERAL			
% DAS BOLSAS	BOLSAS PROUNI	BOLSAS PRÓPRIAS	TOTAL GERAL
100%	1.058	430	1.488
50%	268	407	675
TOTAIS	1.326	837	2.163

NOTA 36. OBRIGAÇÕES DA EDUCAÇÃO PARA FINS DE CEBAS

Conforme determinação do artigo 18 da Lei Complementar Nº 187 de 16 de dezembro de 2021, a Entidade tem autorização de funcionamento expedida pela autoridade competente, informa anualmente os dados referentes ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e atende padrões mínimos de qualidade aferidos pelos processos de avaliação conduzidos pela autoridade federal competente.

A Entidade mantém, também, seu cadastro atualizado no EDUCACENSO - Censo Escolar da Educação Básica e no E-MEC - Sistema de Regulação do Ensino Superior.

Os serviços de educação desenvolvidos pela Entidade são atividades de inserção ou proteção nas Políticas Públicas de Educação (Plano Nacional de Educação - PNE) e a Lei de Diretrizes e Bases (Lei Nº 9.394/96) que está inserida e como consequência, por elas, regulamentadas.

Em conformidade com o que prevê a Lei nº 11.096/05 e a Lei Complementar Nº 187 de 16 de dezembro de 2021, para manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), a Entidade cumpriu as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação vigente, na forma do artigo 214 da Constituição Federal.

NOTA 37. DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO DO MÍNIMO DE BOLSAS INTEGRAIS

Em atendimento ao que prevê a Lei Complementar 187/2021 e a Lei 11.096/05, a Instituição concedeu, no decorrer do ano letivo em de 2023, 1 bolsa integral para cada 9 estudantes regularmente pagantes, bem como 1 bolsa integral para cada 5 estudantes regularmente

pagantes, tendo atendido ao exigido pela legislação, encerrando o ano letivo com proporções de bolsas demonstradas a seguir:

CÁLCULO DAS BOLSAS INTEGRAIS OBRIGATÓRIAS (1/9) EDUCAÇÃO SUPERIOR

NÚMERO TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	7.391
NÚMERO DE BOLSISTAS INTEGRAIS (CEBAS)	1.126
NÚMERO DE BOLSISTAS INTEGRAIS (NÃO CEBAS)	98
NÚMERO DE ALUNOS REGULARMENTE PAGANTES	6.167
QUANTIDADE MÍNIMA DE BOLSAS INTEGRAIS OBRIGATÓRIAS (1/9)	686

CÁLCULO DAS BOLSAS INTEGRAIS OBRIGATÓRIAS (1/5) EDUCAÇÃO SUPERIOR

NÚMERO DE ALUNOS REGULARMENTE PAGANTES	6.167
QUANTIDADE MÍNIMA DE BOLSAS INTEGRAIS OBRIGATÓRIAS (1/5)	1.234
NÚMERO DE BOLSISTAS PARCIAIS DE 50% (CEBAS), EQUIVALENTES À BOLSISTAS INTEGRAIS NA PROPORÇÃO DE 01 BOLSISTA INTEGRAL PARA CADA 02 BOLSISTAS PARCIAIS DE 50%	182
NÚMERO DE BOLSISTAS INTEGRAIS CONSIDERANDO OS BOLSISTAS PARCIAIS DE 50% EQUIVALENTES	1.308

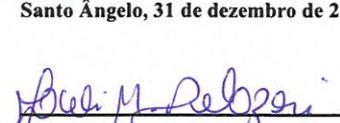
CÁLCULO DAS BOLSAS INTEGRAIS OBRIGATÓRIAS (1/9) EDUCAÇÃO BÁSICA

NÚMERO TOTAL DE ALUNOS MATRICULADOS	2.841
NÚMERO DE BOLSISTAS INTEGRAIS (CEBAS)	360
NÚMERO DE BOLSISTAS INTEGRAIS (CEBAS) PORTADORES DE DEFICIÊNCIA	2
NÚMERO DE ALUNOS REGULARMENTE PAGANTES	2.479
QUANTIDADE MÍNIMA DE BOLSAS INTEGRAIS OBRIGATÓRIAS (1/9)	276

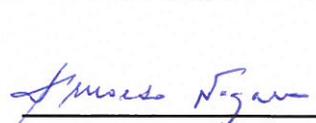
CÁLCULO DAS BOLSAS INTEGRAIS OBRIGATÓRIAS (1/5) EDUCAÇÃO BÁSICA

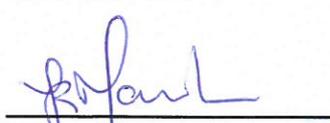
NÚMERO DE ALUNOS REGULARMENTE PAGANTES	2.479
QUANTIDADE MÍNIMA DE BOLSAS INTEGRAIS OBRIGATÓRIAS (1/5)	496
NÚMERO DE BOLSISTAS PARCIAIS DE 50% (CEBAS), EQUIVALENTES À BOLSISTAS INTEGRAIS NA PROPORÇÃO DE 01 BOLSISTA INTEGRAL PARA CADA 02 BOLSISTAS PARCIAIS DE 50%	155
NÚMERO DE BOLSISTAS INTEGRAIS CONSIDERANDO OS BOLSISTAS PARCIAIS DE 50% EQUIVALENTES	517

Santo Ângelo, 31 de dezembro de 2023.


Joceli Maria Delazar
Contador CRC/RS 085796/0
CPF: 935.135.260-91


Ezequiel Plinio Albarello
Pró-Reitor de Administração
CPF 802.961.810-72


Arnaldo Nogaro
Reitor
CPF: 466.023.480-00


Janete Rosa Martins
Presidente
CPF: 415.738.970-00